Resenhas

MISKULIN, Sílvia. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975).* São Paulo: Alameda, 2009.

Juarez Duayer[1]

Impossível não compartilhar das críticas de Sílvia Miskulin ao mundo cultural cubano em seu livro *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução*. Apoiada intensa e extensivamente em pesquisas que realizou na ilha, em periódicos, jornais, editoras, suplementos literários e entrevistas com protagonistas importantes do cenário cultural do período, a autora trata, sobretudo, da aspereza e truculência com que os dirigentes cubanos, passada a "fase de idílio" da revolução, passaram a tratar artistas, escritores, intelectuais, jovens, negros e homossexuais. Além da coragem com que enfrenta o tema e, certamente, a ira de muitos, ao debruçar-se sobre as relações entre Estado e cultura, em meio a uma experiência que enfrenta desde sempre enormes dificuldades na construção de seu projeto de socialismo, a autora contribui para um debate que, no campo

[1] Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

marxista, além de rarefeito, é normalmente marcado seja pela omissão, seja pelo desconhecimento da herança marxiana sobre as relações entre arte, cultura e sociedade. Uma situação típica em que a ordem dos fatores não propicia o debate.

Inúmeras são as referências à autonomia da arte e cultura nos clássicos do marxismo, presentes, por exemplo, na admiração de Marx e Engels pelos grandes nomes do realismo na literatura século XIX (Balzac, em especial). Engels criticou asperamente o que chamou de "literatura de tendência", antecipando em décadas a crítica à contrafação do "realismo socialista" das políticas culturais do stalinismo reeditadas em Cuba nos anos 1960 (a época gris como é conhecida). Essa herança está presente no livro na lembrança de que Lenin e Trotsky rechaçaram categoricamente a criação de uma cultura operária e a defesa deste último sobre a necessidade de uma arte revolucionária independente e de uma oposição artística ao stalinismo, ao fascismo e ao nazismo. A despeito dela, a autora mostra como, sob a inspiração das políticas culturais soviéticas do Prolectcult stalinista, foram cometidos na ilha os mesmos e lamentáveis "erros anteriores" contra inúmeros escritores e intelectuais cubanos. Lembro que Lukács conheceu bem essas práticas dos anos trinta na União Soviética por ocasião de sua participação na revista literária *Litteraturnny Kritik* fechada pelas críticas de seus colaboradores ao "realismo socialista".

Podemos concordar com Sílvia Miskulin quando diz que a Revolução Cubana trouxe conquistas para a maioria da população mas não conseguiu garantir os direitos civis tanto na esfera pública quanto privada. Neste sentido, seu livro é também um forte libelo contra todas as formas de cerceamento das liberdades dos indivíduos e uma enérgica defesa da autonomia da arte e da cultura. Nos faz lembrar, neste período em que comemoramos os 140 anos da Comuna de Paris, que os artistas comunnards propugnavam que a arte deveria andar junto com a revolução, mas com total liberdade em relação ao Estado.

DIAS, Edmundo Fernandes. *História e revolução*: das Teses ao Manifesto. Campinas: Sundermann, 2011.

Antonio de Pádua Bosi[1]

Publicado em 2011, *História e revolução* foi redigido entre 2007 e 2009, quando seu autor pensou em retomar o *Manifesto Comunista* por ocasião do aniversário de 160 anos. Muitos fizeram isso, aditando um sem-número de textos ao já volumoso cardápio de introduções, apresentações e apreciações referidas ao mais famoso escrito de Marx e Engels. Para nossa sorte, que contamos com excelentes comentários e reflexões sobre o *Manifesto*, Edmundo Dias fez mais do que pensou inicialmente. Construiu um belo livro que reposiciona o *Manifesto* diante de nosso interesse intelectual e militante em uma série de importantes aspectos na avaliação da história e da política.

A organização feita em quatro partes repercute exatamente esta intenção: discutir a trajetória de Marx e Engels até a elaboração do

[1] Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Manifesto, examiná-lo em suas teses fundamentais, avaliá-lo relativamente às críticas mais pesadas recebidas, inclusas ali as heranças reformista e revisionista que se sentem incomodadas com a proposta revolucionária do texto.

Elogios à parte o livro é bastante provocador. A polêmica, tão cara ao autor, é um método de exposição de seus argumentos. Nem sempre suave ela ressalta a honestidade política e intelectual de Edmundo Dias. A começar pela observação registrada logo nas páginas iniciais que reafirma "a necessidade de que os militantes recusem a ideia de cartilha e que assumam seu papel intelectual". Há neste propósito o reconhecimento do autor (a partir de uma rica experiência que atravessou as últimas quatro décadas) de que muitas organizações de esquerda no país negam formação política aos seus militantes quando resumem o universo político aos seus próprios cânones e mantêm fiscalização e controle sobre a atividade intelectual de seus membros. Na percepção do autor discutir o *Manifesto* não significa extrair dele "ensinamentos" ordenados por algum tipo de catecismo marxista, senão dialogar com Marx e Engels tendo em conta os dilemas que enfrentaram numa perspectiva correlata ao nosso tempo e aos desafios da luta de classes que vivemos.

Discutir o *Manifesto* tampouco representa testar "cientificamente" todos os prognósticos e afirmações nele contidos com um inconfesso anacronismo. Neste ponto o trabalho de Edmundo Dias revela uma rara erudição e uma veia historicista (apesar de ser assumidamente sociólogo) que lhe permitem destacar passagens no texto onde Marx e Engels elegeram uma densa pauta política relativamente ao proletariado e suas organizações em meados do século XIX. Um deles se destaca, principalmente, porque alcança nossa própria experiência.

Em *A ideologia alemã* o problema das classes sociais posto por Marx e Engels geralmente ativou, no campo do marxismo, abordagens demasiadamente teóricas que tentaram sacar dali um paradigma insuspeito de uso genérico. Edmundo Dias nos sugere outra leitura mais rente às preocupações partilhadas naquele texto sobre a relação "entre base e direção da classe" (p. 61). O sentido prioritário daquelas

reflexões deixa de ser apenas o processo de naturalização da própria história da burguesia que se constitui como classe dominante à medida que confere ao seu pensamento a forma da universalidade. D'*A ideologia alemã* ao *Manifesto*, sintonizados ao significado programático deste último, Marx e Engels salientaram que à direção da classe dominada deve incorporar-se a necessidade (política) de participar e de conduzir a ação coletiva dos trabalhadores buscando emparedar a hegemonia burguesa com a força crescente que uma classe descobre em si mesma quando expressa seus próprios interesses. Não é uma questão de estilo que faz Edmundo Dias realçar determinadas sínteses de Marx e Engels e não outras. Valorizar a relação entre "proletários e comunistas" (como fizeram Marx e Engels no *Manifesto*) sublinhando que "o projeto comunista era 'a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classe que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos" (p. 141) é uma de suas mais sérias advertências: o *partido* é sempre uma necessidade ousada, mas não deve ser uma alucinação da sua própria direção.

Ao sugerir que compreendamos "a ideologia burguesa como a negação da subjetividade operária" nosso autor refaz os passos de Marx e Engels numa difícil dialética que se esforça em criticar a "ideologia burguesa apontando sempre o programa do partido, isto é, a direção política e intelectual da classe trabalhadora" (p. 145). Lenin tentou sintetizar esse movimento na arquitetura do partido da classe. Podemos divergir sobre os traços principais de seu projeto, mas no que se refere ao legado que retumba numa variedade de organizações que reclamam o marxismo, ganha relevo uma ação fortemente centralizada e uma propaganda que se pretende correta e eficiente na mobilização da classe contra a burguesia, não necessariamente nesta ordem. Vimos que esta conjugação política logrou resultados ao menos na Rússia de 1917, e geralmente é neste episódio que nos apegamos com rara confiança histórica para fazê-lo reincidir. Mas a hegemonia proletária não se faz com simples propaganda e ação, mesmo que corretas. Edmundo Dias grifa insistentemente esta questão. Aliás, neste ponto sua sutileza costumeira dá lugar a uma aberta ensaboadela. Ao

lembrar que a subjetividade operária é constantemente saturada pelas ideias dominantes nosso autor parece nos repreender sobre a distância que guardamos do "senso comum", aquele terreno impregnado do politicamente grotesco que muitos de nós *repelimos* ao tentar *negá-lo*.

Esta e outras questões percorrem todo o livro, enriquecidas pela escolha feita de identificar e discutir a trajetória da formação intelectual e política de Marx e Engels no período de 1845 a 1848. A ordem dialética com a qual Edmundo Dias percebe a construção do materialismo histórico refuta as tentativas mais sofisticadas de suavizar a natureza histórica do trabalho de Marx e Engels, tal qual o famoso "corte epistemológico" sugerido por Louis Althusser. O fundamento materialista do pensamento examinado pelo autor é captado na alteração da perspectiva que, de modo definitivo, criaria o plano de estudos que originou mais tarde obras como *O capital* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Foi necessário, esclarece o autor, mudar a pergunta: "Não se tratava mais de entender a alienação religiosa, mas o importante agora era entender a necessidade da alienação e perguntar-se sobre suas bases" (p. 44).

Edmundo Dias pesou rigorosamente esta orientação: "A própria natureza dos meios de vida que ele [o homem] encontra e trata de reproduzir determina seu modo de vida. Este *modo de produzir* já é um determinado *modo de vida*" (p. 45). Ela de fato é central nas formulações construídas desde 1845: "o modo da produção [das condições de vida] não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos" (Marx e Engels, 2002, p. 15). O que Dias pouco menciona é que esta hipótese, repetida inúmeras vezes nos primeiros escritos de Marx e de Engels, recebeu deles escassa demonstração e pesquisa histórica. O fato de recorrer reiteradamente à preocupação de Marx com os direitos do campesinato na Renânia quando este atacou o absolutismo de Frederico Guilherme IV da Tribuna da Gazeta Renana durante o final do ano de 1842 (Marx, 1987) parece reforçar as parcas

vezes que os autores do *Manifesto* avaliaram de perto os modos de vida da classe. Neste caso Marx tomou o partido dos camponeses argumentando por convicção que o direito à lenha não poderia ser alienado por se tratar de algo imprescindível à sobrevivência de milhares de famílias. Marx se opôs à privatização do uso das terras comuns, mas se limitou a examinar a questão a partir de argumentos éticos, estruturados sobre os direitos consuetudinários reclamados pelos trabalhadores, diga-se, parte importante do senso comum (*idem*). Convenhamos que acusar os dominantes por terem uma "alma egoísta" não é o melhor de Marx, o que ele mesmo reconheceu em 1859, quando apresentava sua *Contribuição à crítica da economia política*, ao avaliar que se viu "em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os interesses materiais" (MARX, 1982, p. 24).

A abordagem mais próxima do modo de vida da classe tentada por Engels não foi muito além disso. A determinação do capital no empobrecimento dos trabalhadores ingleses durante a revolução industrial, somada aos próprios valores de Engels, apoiou seu julgamento sobre os modos de vida classe, vistos como corrompidos e promíscuos (ENGELS, 1985). A redenção da classe era examinada noutro circuito que não contabilizava o modo de vida, a partir da constituição dos movimentos operários, numa escala crescente que ia do roubo à constituição do partido. A pobreza é de fato desmoralizante, mas os sentidos positivos construídos pelos trabalhadores em meio a ela expressam uma importante dimensão da luta de classes que por vezes explode em insurreições. Não. Este também não é o melhor de Engels. Há outros pontos em que suas intervenções foram mais decisivas. Dias reconhece isso e as coloca em relevo, a começar pela recusa da classificação de "segundo violino".

Embora nosso autor não seja o primeiro a atribuir rara importância às reflexões de Engels, sua visão acerca da colaboração desenvolvida com Marx aponta e sublinha a capacidade estratégica do primeiro em alinhavar História e Revolução. Penso que Dias está coberto de razão ao valorizar a tese de Engels sobre o papel disciplinarizador da institucionalidade burguesa relativamente às organizações da classe

trabalhadora: "Bloqueados taticamente no seu processo de luta pela aceitação da ordem os trabalhadores o foram também pouco a pouco no plano da ação. Nunca será demasiado salientar o quanto essa explicação permitiu avançar sobre a relação entre operários/burgueses. Ouso sugerir que essa formulação é mais rica analítica e politicamente que a fórmula da 'aristocracia operária'" (p. 158). Tem razão novamente quando indica que a formulação de Engels esteve vinculada à experiência inglesa, ao movimento cartista e a análise da Economia Política, antes de Marx. A hipótese de que a institucionalidade burguesa tenderia a contaminar a ação dos trabalhadores infelizmente tem se concretizado para além da Inglaterra. A contraprova evidenciada no poderoso movimento trabalhista e "seus" seguidos governos burgueses pode ser reveladora de como a pujança da classe trabalhadora e suas organizações sindicais (robustos aparelhos e bons salários) sente-se segura sobremaneira à custa da estabilidade capitalista. Leva-nos a pensar também no antigo problema da convertibilidade das lutas reformistas em movimentos revolucionários.

Esta é uma das questões mais embaraçadas e cruciais que enfrentamos no mundo sindical brasileiro. Somos parte de uma cultura fortemente pressionada pela tutela do Estado de tal modo que escapar da determinação da unicidade sindical ou das contribuições consignadas em folha, por exemplo, é visto muitas vezes como um risco. Sindicatos cujas receitas de contribuições alcançam facilmente 10 milhões de reais por ano "investem" 1/3 ou mais deste valor na manutenção de um corpo técnico e burocrático (assessoria jurídica e de imprensa, funcionários, representantes liberados etc.) a bem dos trabalhadores sindicalizados, assunto difícil, delicado e poucas vezes pautado entre nós. Diversas organizações não sindicais como o Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) igualmente se veem impelidos a se abrigar à sombra do Estado, dependentes que se tornam, em alguma medida, de recursos públicos para financiar sua própria existência. É um problema semelhante àquele que marcou o trabalhismo inglês desde os tempos de Engels.

Edmundo Dias conclui que não há solução óbvia e fácil para isso, ou seja, esquivar-nos *como classe* do modo de viver e de pensar dominante. Este desafio é enxergado no *Manifesto*, configurado como uma necessidade "de disputar a subjetividade operária contra as demais visões" (p. 113) que tendem a acomodar a classe mais do que *projetá-la* no tempo presente. É a este ponto que Dias retorna sempre: a hegemonia. Ele mostra que Marx e Engels também se ocuparam desta questão, principalmente no período de 1845 a 1848. Mas talvez aqui haja demasiada generosidade dispensada aos autores do *Manifesto*, pois nesta rica interlocução que Dias propõe tenho a impressão de ouvir Gramsci mais do que Marx e Engels.

É certo que o autor de *Cadernos do Cárcere* lidou, em grau mais aprofundado do que lidaram seus antecessores, com problemas pouco evidentes ao tempo de Marx e Engels, como a construção de uma direção intelectual e política da classe trabalhadora referida num claro contexto histórico em que os aparelhos da própria classe aumentavam em número e volume. Gramsci não ficou solitário na percepção desta característica. Em 1937, por ocasião dos 90 anos do *Manifesto* (um ano antes do *Programa de Transição*), Leon Trotsky avaliou que "o longo período de desenvolvimento capitalista que se seguiu à Comuna [de Paris, em 1871] conduziu não a educação de uma vanguarda revolucionária, mas contrariamente à degeneração burguesa da burocracia operária que se tornou, por sua vez, o principal obstáculo à vitória da revolução proletária. Esta 'dialética' os autores do *Manifesto* não podiam prever" (Trotsky, 1998, p. 164). Esta formulação de Trotsky derivava também de sua experiência vivida relativamente ao stalinismo na União Soviética ao longo dos anos 1920 e 1930. Ela ajudou a identificar e a conjugar a difícil relação entre base e direção referida à tradição marxista. Guardadas as distintas concepções sobre a organização política da classe ao tempo de Gramsci e de Trotsky, a preocupação com a educação de uma vanguarda revolucionária que ganhou corpo na segunda metade do século XX foi tomada cada vez mais como uma forma de hierarquizar a experiência da classe trabalhadora e subordiná-la à lógica e dinâmica histórica das próprias vanguardas

revolucionárias. É uma prática política inglória, principalmente porque trata a experiência da classe como errática ao mesmo tempo em que reserva um tipo de remissão permanente para a direção. Fora da sombra desta prática política (e sem a intenção de simplificar este problema) é possível pensar a crise da direção menos como um curto circuito que se fecha a cada avanço do bem-estar burguês sobre a direção da classe e mais como uma incapacidade desta mesma direção de se relacionar com a classe, com o que *ela é*, com o que *ela acha que é* e com o que *ela deseja ser*. Avalio que o livro de Dias nos deixa menos distantes deste desafio.

Resenhas sempre comentem alguma injustiça. Às vezes mostram o livro melhor do que realmente ele é. Às vezes ficam em dívida com o autor, incapazes de cobrir e anunciar tudo que o livro trata. Certamente estou mais próximo do segundo tipo de injustiça, pois o livro realmente é instigante numa quantidade de assuntos que estou longe de dominar plenamente. De qualquer modo, *História e Revolução* se inscreve dentro de uma fina tradição de marxistas impertinentes que ensinam fazendo política e fazem política ensinando. No mínimo é um roteiro ousado para ler Marx e Engels quando ambos nos permitiram olhar a História com interesse revolucionário.

Referências bibliográficas

ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Los debates de la VI Dieta Renana. Debate sobre la ley castigando los robos de leña. In: *Escritos de juventud*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 248-283.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.

TROTKSY, Leon. Noventa anos do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 159-168.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010

Deni Ireneu Alfaro Rubbo[1]

Tudo começou com uma "provocação gramsciana". O objetivo: empenhar-se em avançar até a atualidade mais melindrosa para, assim, desvelar uma nova forma de dominação em marcha e suas tonalidades próprias, cuja maior expressão encontrar-se-ia a partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi empossado na presidência do país. Nascia, então, um instigante ensaio intitulado "Hegemonia às avessas", assinado pelo renomado sociólogo Chico de Oliveira. A provocação não foi em vão. Logo, um punhado de estudiosos juntou-se nessa empreitada com a finalidade de compartilhar, aprofundar e, ainda, problematizar os grandes enigmas que circundam a situação social contemporânea nacional e internacional. Nesse sentido, a tarefa do presente livro assenta-se, antes de qualquer coisa, em uma tentativa provisória,

---

[1] Mestrando em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP).

aberta e crítica de "esboçar uma possível solução para o enigma" (p. 7), como bem salienta Ruy Braga na apresentação do livro, do qual é organizador ao lado de Chico de Oliveira e Cibele Rizek.

Em outubro de 2008, o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), vinculado à Universidade de São Paulo, promoveu um Seminário Internacional sobre o tema, do qual se originou o projeto do livro. Tal trabalho comporta, em linhas gerais, um conjunto de leituras e ensaios desiguais, redigidos por dezenove pesquisadores, nacionais e estrangeiros, que versam sobre temáticas múltiplas e a partir de ângulos diversos. Dividido em cinco partes – 1) os ensaios sobre a hegemonia de Oliveira e Carlos Nelson Coutinho, 2) o mundo do trabalho, 3) as metamorfoses da cultura e da cidade, 4) a situação social da América Latina e da África do Sul e 5) a atualidade socialista –, o livro tem como unidade nuclear a compreensão tanto geral quanto particular do chamado desmanche neoliberal e da esterilização das forças sociais organizadas em movimentos.

Com o suporte teórico e analítico do marxista sardo Antonio Gramsci, Oliveira e Coutinho apresentam suas hipóteses acerca da hegemonia "lulista". Oliveira detecta uma nova face de dominação – anunciada provavelmente na África do Sul, via Mandela[2] – que estaria em curso no Brasil no início do século XXI: durante o governo Lula, os "de baixo" exerceriam doravante a liderança moral e intelectual do país, enquanto os "de cima" exerceriam a dominação material, ou seja, operando livremente o exercício da lógica de valorização e acumulação financeira. O mais dramático e decisivo, segundo Oliveira, seria que, ao incorporar parte das exigências históricas dos "de baixo" em políticas de renda compensatórias e com uma diminuição incontestável da pobreza absoluta[3], ao mesmo tempo o lulismo cumpriria reli-

---

[2] A ficha caiu quando o sociólogo pernambucano assistiu *Infância roubada*, filme sul-africano ao qual se outorgou o prêmio Oscar de melhor filme estrangeiro de 2005 e que denunciava que, mesmo com a vitória de Nelson Mandela, a miséria e a exploração persistiam claramente no país.

[3] Distanciando-se da hipótese de Oliveira, o cientista político André Singer (2009), em um artigo recente, postula que as ações governamentais – aumento

giosamente com os compromissos da dívida pública e com os interesses dos credores do sistema financeiro, de modo a *conservar* o Brasil no panteão dos países mais desiguais do mundo. Haveria, ainda, nessa dialética da passivação, um componente decisivo: aquele que culmina no bloqueio da ação política emancipatória desses regimes políticos "sociais-liberais" que o Brasil representa e consolida.

Nessa notória encruzilhada de "toma-lá-dá-cá" com o governo, não foram poucos movimentos, associações, organizações populares que ficaram subsumidos ao monitoramento do Estado, retirando-se integralmente da ação política e "sequestrados" na luta institucional. Essa troca de postos, como se pode perceber, não estaria apenas reduzida a uma inversão mecânica, na suposição falaciosa de que "nada mudou", ou ainda, na insuficiência analítica de restringir a avaliação aos os oito anos de Fernando Henrique Cardoso: "Hegemonia às avessas", bem como o texto que encerra o livro, "O avesso do avesso" – uma espécie de segundo *round* do primeiro ensaio – expressam uma novidade acerca do lulismo em um país de ornitorrincos.[4]

A economista Leda Paulani, por seu turno, assinala que, durante um longo tempo na história social do Brasil, sempre se anunciou para o país um *estado de emergência econômico* em nome de não

---

do salário mínimo, expansão do crédito popular, aumento da formalização do trabalho, a implantação da Bolsa Família – não constituiriam apenas uma simples "ajuda" aos pobres, mas, ao contrário, um realinhamento político (eleitoral) de uma certa fração de classe, que, segundo o autor, alteraria substancialmente a dinâmica das classes sociais na semiperiferia do capitalismo. Para avançar nesse projeto, o "lulismo" misturaria, então, elementos da direita e da esquerda em um programa de "*combate a desigualdade dentro da ordem*".

4 Em outro momento, o próprio Chico de Oliveira (2003) procurou clarificar a ideia de que o Brasil estaria, de uma vez por todas, saturado dos receituários de modernização, pelo futuro sempre anunciado e nunca alcançado. É por esta razão que a teoria social teria de reformular suas matrizes conceituais, para, assim, penetrar nesses tempos sociais discordantes que, no caso brasileiro (e latino-americano), assumiriam a forma cruel de um "ornitorrinco". O Brasil transformar-se-ia, desse modo, em um "laboratório do desenvolvimento desigual e combinado de um capitalismo que parece continuar o mesmo" (Arantes, 2004, p. 77).

perdermos o bonde da história. Ora, para atingirmos o futuro prometido, haveria a necessidade de ajustar ou trocar alguns parafusos mal postos em virtude dos erros de governos anteriores ou de reações inesperadas da política econômica externa, transformando a situação social brasileira em um verdadeiro *estado permanente de exceção*, na canônica expressão benjaminiana, em que o rompimento das regras (econômicas) não seria exceção, mas a própria regra. O governo Lula, tal qual afirma a autora, seria a decretação definitiva desse veredicto: para o país se livrar de uma vez por todas do espectro do subdesenvolvimento, seria preciso, afinal, alguns "sacrifícios", como, apenas para ficarmos em um exemplo, a permanência do cargo do presidente do Banco Central, em 2004, após um montante de denúncias de sonegação fiscal e falsidade ideológica pelo Ministério Público: "com tudo isso foi se consolidando o estado de emergência em nome do qual tudo se justifica e legitima" (p. 125). Há uma íntima relação, desse modo, entre hegemonias às avessas e o estado de exceção permanente.

Em seguida, o texto "Hegemonia da pequena política", assinado por Coutinho, não seria o oposto do *insight* de Oliveira. Ele avança como complemento e enriquecimento do primeiro. Nestes termos, a hegemonia da pequena política atuaria como dominante na vida social atual, expressando-se na influência, através de aparelhos ideológicos, sobre uma determinada concepção de mundo, assentada em certos valores que difundem a intensa naturalização de relações – sociais, políticas, culturais – que são, na verdade, naturalmente históricas. Esse processo, segundo o autor, ocorreria através do *consenso passivo*, alterando, desse modo, a concepção política na atualidade. A *pequena política* – que Gramsci denominou "política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, das intrigas" – fica aprisionada ao senso comum, passando a ser vista pelas lentes da sociedade civil não como espaço de luta, próximo das necessidades e anseios das classes subalternas, mas, pelo contrário, um espaço distante, autônomo, exterior, entre decisões políticas e práticas sociais. Em lugar do modelo de pressão social ou prática do conflito (a "grande política"), a política se reduz a uma eterna "disputa de elites", como no modelo

"norte-americano", em que os partidos protagonistas "defendem um mesmo projeto hegemônico de sociedade" (p. 41), restando à concepção política a sonolenta discordância entre qual a melhor e mais eficiente gestão e administração, "nas quais nada de substantivo está posto em questão" (p. 32). Daí a despolitização generalizada da política, pois, afinal, como bem afiançou Gramsci, "é da grande política reduzir tudo à pequena política".

No rol das grandes tragédias do Brasil, que se iniciava no governo de Cardoso, mais um retrocesso: capitula-se melancolicamente, então, a favor do "menos pior", pois, no final das contas, são todos "farinha do mesmo saco". Desautorizando chamar os traços essenciais da contemporaneidade de *revolução passiva*, isto é, de uma correspondência de aspectos simultâneos de restauração e renovação – e aqui, atenção, reside a precípua divergência entre Oliveira-Braga e o introdutor de Gramsci no Brasil –, Coutinho trabalha com a hipótese de uma *contrarreforma* na época neoliberal: segundo o autor, estaríamos diante de uma "tentativa aberta" de eliminação dos direitos sociais conquistados em tempos pretéritos, conquanto ocorram declarações correntes, por parte dos neoliberais, sublinhando a importância das políticas sociais em face às vicissitudes dramáticas do próprio modelo econômico que defendem. Para Coutinho, "o que caracteriza um processo de contrarreforma não é a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades" (p. 38).

No tocante ao universo social do trabalho, reservado à segunda parte do livro, a precarização/flexibilização do trabalho alastrou-se inexoravelmente na época contemporânea, principalmente nas atividades no setor informal e no trabalho temporário no setor formal, agravando radicalmente a relação de emprego, que se transformou em um permanente estado de incerteza e insegurança e retirou, desse modo, os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, como podemos notar nas análises de Leonardo Mello e Silva e do sociólogo americano Arne L. Kallerberg. Mas ainda: tais metamorfoses na morfologia do trabalho implicaram diretamente na queda vertiginosa da

contestação política dos movimentos e organizações sociais. O francês Yves Cohen, por seu turno, traça um interessante estudo comparativo sobre as performances industriais no Ocidente capitalista e no Oriente socialista, particularmente, o trabalho taylorista no regime soviético, apontando que o caminho distinto que este último ocupou em relação ao primeiro não apenas ficou circunscrito devido a questões técnicas, mas, e acima de tudo, por *razões políticas* da época.

Sob o ângulo da cultura geral e da arquitetura, o custo da época da *servidão financeira* parece ter sido detectado precisamente no testemunho do marxista americano Fredric Jameson, amplamente citado no texto de Maria Elisa Cevasco, quando sentencia que o tempo presente ancora-se em "uma certa debilidade de nossa imaginação" (p. 137). No que tange às dimensões construtivas e sociais arquitetônicas e às investidas de um novo planejamento de urbanização e habitação das cidades, elas estariam alinhadas, em medidas crescentes, à financeirização do capital. Um dos agravantes materiais disso são as inúmeras comunidades atingidas e despejadas de forma autoritária pelos governos, aglomeradas nas margens das cidades, assim, escamoteadas, em lugar dos megaprojetos que são "expansão da estética das aparências". No plano do capital simbólico, cultura, espaço e finanças fundem-se de tal maneira que, como podemos notar nos argumentos de Pedro Fiori Arantes, a imagem estética transforma-se em seu verdadeiro "ativo financeiro" por meio da "renda monopolista da mercadoria", definida doravante na produção da exclusividade, infundindo na imagem estética um significado *sui generis*, autorreferencial, pois "seu desejo não é mais de seriação e massificação, mas de diferenciação e exclusividade" (p. 164). Na contramão dessa história geral da cultura do horror dos vencedores, é absolutamente pertinente chafurdar, no plano estético, nos meandros daqueles que não cederam às armas da crítica. É o caso do artista plástico Antônio Dias, tônica do instigante artigo de Luiz Carlos Martins, no qual os trabalhos de Dias intersecionam os "domínios que a divisão social do trabalho e a reificação geral dos processos cognitivos" marcam, com *ironia* e *inversão*, a *colonização do eu* no contexto da hegemonia do capital fictício.

No meio do furacão da crise contemporânea e nas transformações políticas nos últimos anos, América Latina e África do Sul, regiões examinadas na penúltima parte do livro, tornaram-se imprescindíveis para uma percepção geral do quadro geoestratégico que se forma em meio à encruzilhada do tempo-espaço pré e pós- desmanche neoliberal. Nesse sentido, conforme as pesquisas de Ary Cesar Minella, a penetração e incentivo do capital privado nessas regiões, mais notadamente nos países latino-americanos, dar-se-ia em meio às redes transassociativas de organizações e associações empresariais que, mesmo sendo entidades juridicamente privadas – no caso, a *Center for Internacional Private Enterprise* (Cipe) e *Nacional Endowment for Democracy* (NED), que são o estudo de caso do autor –, seriam sustentadas com recursos governamentais "com o objetivo de não apenas renovar a ordem capitalista no continente, mas também desenvolvê-la conforme os interesses estratégicos do governo e das empresas dos Estados Unidos" (p. 278). Certamente, o espaço que ocupam essas associações, não raramente instadas a "melhorar" o crescimento crônico da pobreza, contribui para frear as políticas contestatórias e anestesia-las em nome da "democracia do livre mercado".

Em conexão a isso, a hipótese de Carlos Eduardo Martins, apoiada amplamente nas fartas teorias e nas premissas metodológicas de uma teoria do sistema-mundo, assevera que o desenho da conjuntura atual está equacionado na combinação de três elementos de longa duração, quais sejam: a "mundialização da revolução científico-técnica", "crise de hegemonia dos Estados Unidos" e o "ciclo expansivo de Kondratiev" (p. 247), isto é, ondas que duram meio século e que tendem a deslocar a acumulação para o setor financeiro. A geopolítica latino-americana imersa nessas determinações alterou suas forças sociais e políticas no limiar do século XXI, gerando, como atesta Martins, governos heterogêneos ou exclusivamente neoliberais (México e Colômbia), ou de terceira via (Brasil, Uruguai e Chile) ou neonacionalistas (Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela). Neste último país, o artigo de Gilberto Maringoni dedica-se à figura de Hugo Chaves nomeando sua atuação de "populismo progressista", que

corresponderia não a uma vontade de sê-lo, mas, ao revés, a "uma adaptação às condições objetivas encontradas" (p. 296). Em seguida, os dois textos regidos sobre a situação social da África do Sul, de Patrick Bond e, principalmente, do sociólogo moçambicano José Luis Cabaço, reconstroem a trajetória do país, cujas "feridas abertas do colonialismo" estão profundamente marcadas pelo "conflito de classe intrarracial", isto é, na relação orgânica entre classe e raça, expressada no país africano antes, durante e depois do regime de *apartheid*. Eis aqui o paralelo dramático do Brasil e África do Sul. Mesmo com o "fim" do *apartheid* e a vitória de Nelson Mandela na sua luta de "supressão do estigma colonial", o governo sucumbiu "à sedução das mordomias e das oportunidades individuais que sua posição lhes proporciona" (p. 334), restando apenas à nostalgia do mito (que, diz Chico, é antipolítico por excelência) imerso num espaço de proliferação dos guetos de Joanesburgo, expressões dessa capitulação.

De fato, é preciso mais do que nunca a tarefa de reabilitar o comunismo e retornar à estratégia da (grande) política. Como bem ilustra Alvaro Bianchi (p. 339-350), na parte que encerra o livro, na trágica história do século XX, as palavras que deram nome à emancipação não passaram incólumes às tormentas do passado. A *práxis*, por exemplo, conforme os argumentos de Wolfgang Leo Maar (p. 351-368), e nas circunstâncias históricas do presente, foi reduzida a uma *prática praticada*, perdendo por completo o seu potencial crítico e transformador. Tornou-se, então, a prática política, sinônimo absoluto de uma *práxis* gerencial e/ou administrativa. Em uma palavra: o eclipse da razão política. Mas, dentre todas elas, a palavra comunismo foi a mais prejudicada. Afinal, segundo a constatação de Bianchi, foi o comunismo que sofreu a pesada condenação de ser a continuação inevitável de uma forma totalitária – o stalinismo e todas as suas caricaturas –, passando a ser referendado como um Estado burocrático e autoritário, distante dos sonhos dos "de baixo". Para reencontrar o comunismo da emancipação, é preciso, pois, distinguir "aquilo que dá nome à emancipação e aquilo que dá o nome à sujeição" (p. 349), marcando, assim, a

profunda descontinuidade entre essas duas coisas, submetendo-as no tempo das provas históricas a que foram sujeitadas.

Diante desse quadro provisório, suficientemente dinâmico para criar uma inteligibilidade crítica do tempo presente, o livro insere-se na perspectiva de trazer mais perguntas do que formular respostas, ainda que algumas vezes o faça para muitas questões que, a bem da verdade, estão em processo. Ao mesmo tempo em que se dá um passo crítico na decifração das múltiplas facetas da "esfinge barbuda", que parece escapar sempre aos lugares-comuns sociológicos, assim como o empenho em esquadrinhar as tensões sociais no mundo atual, impõe-se a urgência de novas análises em tempos em que a crise capitalista desfaz as certezas do pensamento dominante. Estamos definitivamente diante de um livro de grande monta, cuja bravura deverá ser francamente debatida por muito tempo. Afinal, é pelo menos o que se espera daqueles que, como Gramsci, invocam o "pessimismo da razão e o otimismo da vontade".

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

SENA JR., Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2010

Raquel Varela[1]

Os impasses da estratégia, do investigador e professor Carlos Zacarias de Sena Júnior, conta a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre a dramática derrota de 1935 e os anos que sucedem a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1947, quando o Partido foi colocado na ilegalidade, contribuindo de forma incontornável para esta discussão.

A narrativa – apoiada nos marxistas clássicos, na história política *strito sensu* e em marxistas mais contemporâneos, como Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, e em historiadores brasileiros marxistas como Dainis Karepovs e Valério Arcary, este último responsável pelo prefácio do livro –, constrói-se a partir de uma extensa

---

[1] Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e do International Institute of Social History (IISH) de Amsterdam.

documentação do PCB e de sua regional baiana mas em diálogo permanentemente com a documentação da Internacional Comunista depositada no Arquivo Edgard Leunroth (AEL) e no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Cedem).

A política do PCB encontra-se, como nos conta Carlos Zacarias, em sintonia com os princípios defendidos pela União Soviética desde a década de 1930, reforçados depois com a vitória aliada no fim da Segunda Guerra Mundial e da divisão do mundo feita entre as grandes potências em 1945, na cidade de Ialta. Em 1935, a União Soviética, preparando-se para a guerra, pôs fim à política sectária dita do "terceiro período", inaugurada no VI Congresso da Internacional Comunista, a qual aproximava a social-democracia do fascismo, o "social-fascismo". Essa política abriu espaço para a ascensão de Hitler ao poder e ao espectro de uma guerra mundial. Em 1935 foi operado o giro. O VII Congresso da Internacional Comunista utilizou a tática da frente única operária que havia sido defendida por dirigentes como Vladimir Lenin ou Leon Trotsky como forma de responder à derrota da revolução alemã e "à relativa estabilização do capitalismo" e enxertou-a, no famoso relatório apresentado por Dimitrov, numa aliança entre as correntes operárias e os sectores da burguesia que o relatório considerava derrotados pela ascensão do nazismo. A primeira aplicação prática da frente popular foi na França, com o governo Leon Blum, que incluía os socialistas e o Partido Radical (liberal). Foi seguida pela Espanha e, a partir daí, ocorreu a generalização desta política a todos os partidos comunistas. O objetivo era, como afirma Pierre Broué, na sua monumental *História da Internacional Comunista* (2007), mobilizar os comunistas para uma política de alianças com setores da burguesia para a guerra que se avizinhava.

O PCB absorveu esta política no Brasil depois de 1935, que ficou conhecida como politica de União Nacional – o termo aparece pela primeira vez em 1937 em documentos do Partido – mas, como demonstra Carlos Zacarias, o Partido foi mais longe que o próprio congresso Dimitrov e faz da tática antifascista uma estratégia. Toda a

política do PCB foi definida em torno da União Nacional – mudaram os governos, ocorreu a derrota do nazi-fascimo na Segunda Guerra, mas a política permaneceu a mesma (p. 220) ao ponto da defesa pública do Partido em manifestações de rua ser, nesta altura, desautorizada pela própria direção do PCB.

Os impasses da estratégia não apenas faz a ponte para a discussão do significado do regime democrático burguês, a *democracia adjetivada*, a partir da história do PCB nestes conturbados anos, como também possibilita desenvolver e precisar conceitos históricos como frente popular e frente única, mostrando os matizes desta política, quando adaptada à realidade nacional. Neste caso, como o PCB ampliou o alcance da aliança com a burguesia em nome do que considerava ser uma etapa necessária para a superação do atraso do país:

"a conceituação de democracia que foi abraçada pelos comunistas brasileiros se restringiu, durante toda a conjuntura de 1936 a 1948, a uma valorização do regime de "democracia burguesa", muito embora, na maior parte do tempo, os pecebistas evitassem todas as adjetivações. Tal posicionamento redundou na defesa do regime "democrático burguês" enquanto alternativa ao processo de fascização que alcançou o País, especialmente entre os anos de 1937 e 1943, e à própria ameaça representada pelos regimes fascistas vigentes na Europa; mas também funcionou como alternativa ao que entendiam como atraso estrutural do Brasil que supostamente não tinha ainda implantado o capitalismo em toda a sua plenitude" (p. 361).

A história da relação do PCB com a democracia é conclusiva sobre o carácter não revolucionário da União Nacional, *ao contrario* do que é dito pelas teses dominantes na área.

Esta obra, de leitura tão fácil quanto densa, organiza-se cronologicamente e divide-se em seis capítulos que traçam a história do PCB neste período. O último capítulo, "A estratégia no impasse", revela-se uma afinada análise das consequências da política de União Nacional – que nunca deixou de ser "ziguezagueante", como refere Arcary no prefácio (p. 19) – e que contribuiu para a ilegalidade do PCB. Nesse último capítulo o autor analisa com detalhe que esta política, ao se

transformar em estratégia de defesa da democracia *burguesa*, levou o partido a um impasse central, que acabou no dia 10 de maio de 1947 com a volta à ilegalidade do PCB; derrota estrondosa que levou o partido, finalmente, questionar a tese da União Nacional (p. 353).

Esta é uma obra de leitura essencial também fora do Brasil. Embora o autor não tenha arriscado comparações com outros partidos comunistas, nomeadamente os PCs chileno, português, espanhol e francês, acreditamos que isso teria enriquecido muito seu livro. Em obras fulcrais, como por exemplo a trilogia de Pacheco Pereira sobre Álvaro Cunhal (1999; 2001; 2005), entre outras, argumenta-se sobre a excepcional inovação da política do Partido Comunista Português. Em 1965, no *Rumo à vitória* (2001), na politica de "revolução democrática e nacional", Cunhal defendeu a estratégia de alianças com setores da pequena burguesia "progressista" para superar o atraso do país; e, mesmo antes, justamente quando no rescaldo do pós-guerra defendeu as alianças com todos os "portuguêses honrados", fazendo referência aos setores da burguesia; ou ainda quando faz uma aliança com os setores que dirigiram o *Termidor* português de novembro de 1975. O que nos leva a uma conclusão que é ao mesmo tempo um desafio: foi apenas o PCB que ampliou esta política dimitroviana ou essa transformação da tática em estratégia deu-se também em outros países onde os partidos comunistas eram fortes?

Referências bibliográficas

BROUÈ, Pierre. *História da Internacional Comunista*. São Paulo: Sundermann, 2007.

CUNHAL, Álvaro. *Rumo à vitória:* as tarefas do partido na revolução democrática e nacional. Lisboa: Avante!, 2001.

PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal*: uma biografia política. Lisboa: Temas e Debates, 1999, vol. I ("Daniel", o jovem revolucionário – 1913-1941).

_____. *Álvaro Cunhal*: uma biografia política. Lisboa: Temas e Debates, 2001, vol. II ("Duarte", o dirigente clandestino – 1941-1949).

_____. *Álvaro Cunhal*: uma biografia política. Lisboa: Temas e Debates, 2005, vol. III (O prisioneiro – 1949-1960).